



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 São Caetano de Odivelas





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA

Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA

Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**

Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**

Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (kWh/hab.), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **São Caetano de Odivelas (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

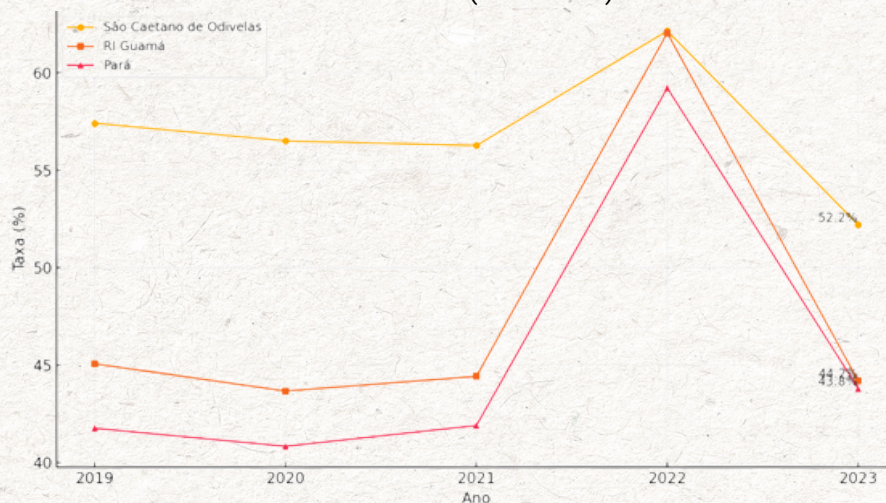
Em São Caetano de Odivelas, a taxa de pobreza apresentou uma leve queda entre 2019 (57,4%) e 2021 (56,5%), seguida de um forte aumento em 2022, atingindo o pico de 62%, e recuando para 52,2% em 2023. Essa trajetória indica um agravamento temporário das condições de vulnerabilidade no município, provavelmente relacionado aos impactos sociais e econômicos da pandemia. Na Região de Integração (RI) do Guamá, a taxa também se manteve estável até 2021, com valores entre 43,5% e 44,5%, mas sofreu uma elevação acentuada para 61,9% em 2022, recuando para 44,3% em 2023. O estado do Pará apresentou comporta-

mento semelhante, com variações modestas de 41,8% (2019) a 42,1% (2021), saltando para 59,1% em 2022 e retornando para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

A elevação abrupta em 2022 nos três níveis territoriais sugere influência de fatores conjunturais de grande escala, como inflação e perda de renda familiar. A recuperação em 2023, embora significativa, não levou os indicadores a patamares inferiores aos de 2019, o que evidencia que a crise social provocada pelo contexto pandêmico deixou efeitos persistentes. São Caetano de Odivelas, apesar da queda mais acentuada no últi-

mo ano, ainda permanece com taxas superiores à média estadual. O comportamento das séries revela a fragilidade estrutural das famílias de baixa renda frente a choques econômicos (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

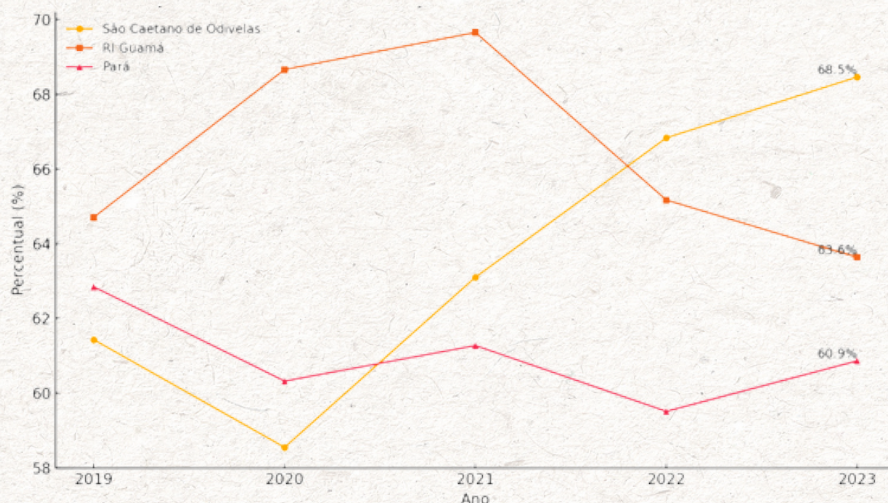
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em São Caetano de Odivelas, as despesas com serviços essenciais representavam 61,5% do total em 2019, caíram para 58,3% em 2020 e cresceram continuamente até atingir 68,5% em 2023. Esse crescimento mostra um esforço municipal para ampliar o investimento em áreas prioritárias, como saúde, educação e assistência social. Na RI do Guamá, houve crescimento de 64,8% (2019) para 69,8% (2021), seguido de recuos sucessivos até 63,6% em 2023, o que pode indicar perda de capacidade de manutenção do padrão de gasto. Já o estado do Pará oscilou levemente: de 62,7% em 2019 para 60,9% em 2023, sugerindo uma manutenção relativamente estável da política fiscal nessa área (Gráfico 2).

A tendência ascendente observada no município é positiva, pois coincide com o período crítico da pobreza em 2022 e indica resposta institucional para mitigar seus efeitos. No entanto, é importante avaliar a eficiência e eficácia desses investimentos, uma vez que os resultados sociais, como a taxa de pobreza e indicadores de saúde, não necessariamente melhoraram no mesmo ritmo. A queda na RI do Guamá e a estabilidade no estado podem ser reflexo de limitações fiscais ou mudanças nas prioridades orçamentárias. Essa diferença reforça a importância da autonomia municipal para adequar os gastos à realidade local (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em São Caetano de Odivelas, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer teve grandes oscilações, passando de 7,2% em 2019 para um pico de 11,9% em 2020. Após queda para 6,8% em 2021, o indicador voltou a crescer, atingindo o valor crítico de 13% em 2023. Na RI Guamá, a evolução foi mais suave, saindo de 7,4% em 2019 para 9% em 2023, com ligeira queda em 2021. No estado do Pará, os dados também revelam aumento contínuo, de 7,6% para 8,9% no mesmo intervalo. As variações abruptas observadas no município chamam

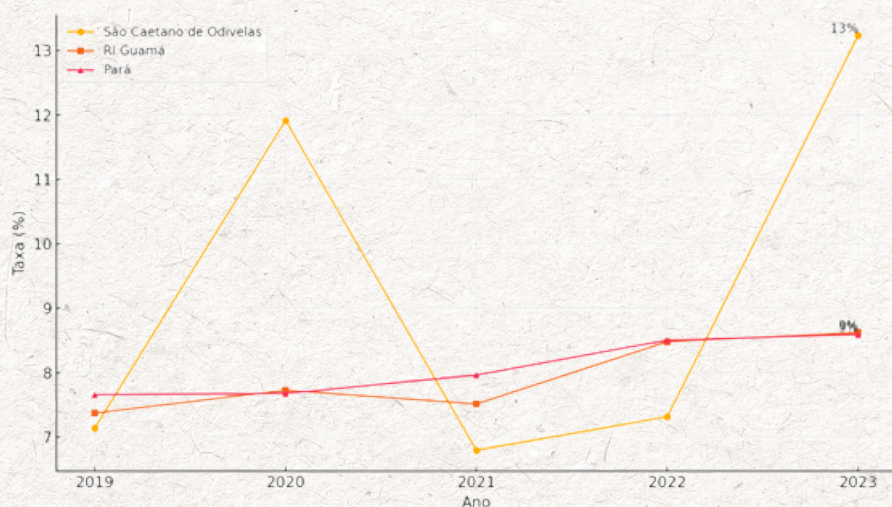
atenção para questões específicas da atenção básica em saúde materno-infantil (Gráfico 3).

A elevada taxa de 2023 em São Caetano pode estar relacionada à insuficiência de políticas de acompanhamento pré-natal, nutrição e infraestrutura de parto. Apesar do aumento do gasto com serviços essenciais, como mostrado anteriormente, os efeitos positivos sobre a saúde infantil ainda não são perceptíveis. A estabilidade da RI e do estado aponta para maior controle e continuidade nos serviços de saúde pública. A alta do indicador

em São Caetano reforça a necessidade de ações localizadas voltadas à gestação de risco, fortalecimento do SUS e vigilância nutricional (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

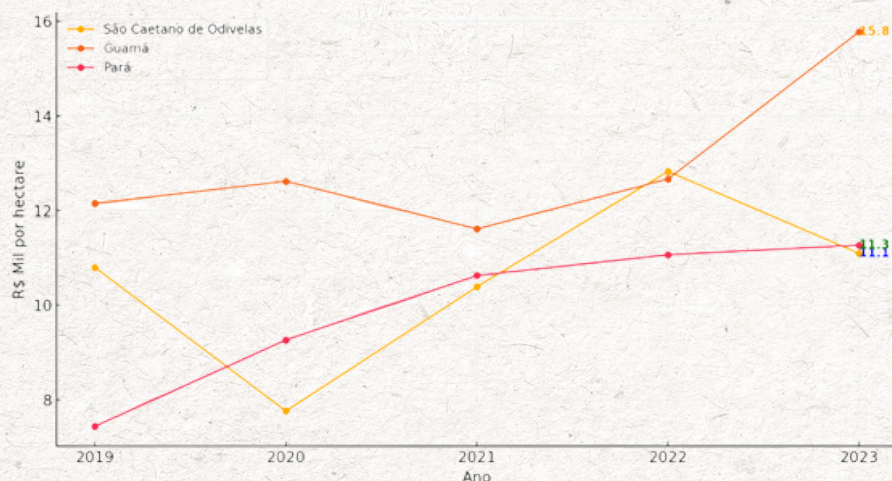
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em São Caetano de Odivelas iniciou em R\$ 10,9 mil/ha em 2019, caiu para R\$ 7,8 mil/ha em 2020 e cresceu até R\$ 12,7 mil/ha em 2022, voltando a cair levemente para R\$ 11,1 mil/ha em 2023. Essa oscilação revela vulnerabilidade às condições climáticas, de mercado e à capacidade tecnológica local. Na RI Guamá, a trajetória foi mais favorável, com crescimento de R\$ 11,9 mil para R\$ 15,8 mil/ha no mesmo período, demonstrando dinamismo e estabilidade produtiva regional. O Pará apresentou trajetória constante e ascendente: de R\$ 7,4 mil em 2019 para R\$ 11,3 mil em 2023 (Gráfico 4).

Os dados indicam que, apesar da recuperação parcial, São Caetano ainda apresenta resultados instáveis e inferiores à média regional. Isso sugere limitações no uso de tecnologias de produção, acesso ao crédito rural e infraestrutura de escoamento. A RI Guamá destaca-se como polo produtivo mais eficiente, enquanto o estado, como um todo, ainda se encontra em fase de expansão gradual. Para São Caetano, políticas de fomento à produção rural com foco em inovação, assistência técnica e capacitação de produtores podem contribuir para elevar sua competitividade (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

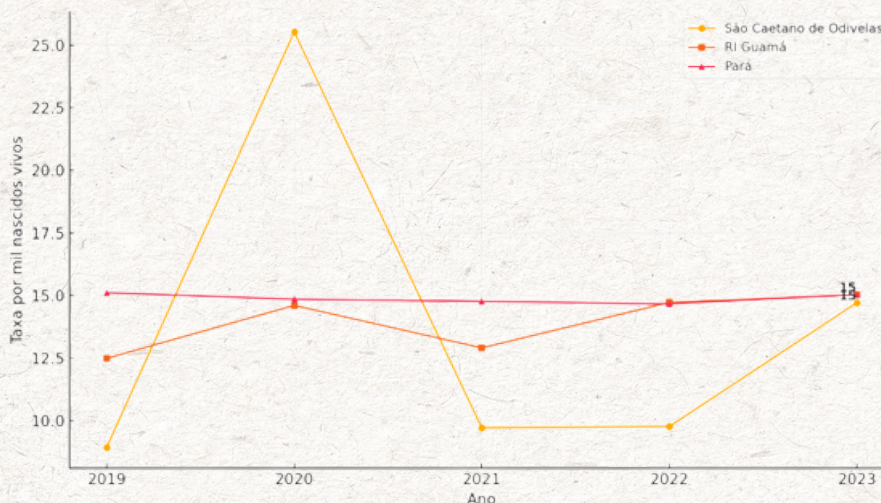
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em São Caetano de Odivelas, a taxa de mortalidade infantil foi de 8,9 por mil nascidos vivos em 2019 e saltou para 25,5 em 2020, o maior valor da série. A partir daí, houve redução acentuada para 9,7 em 2021 e 2022, subindo levemente para 15 em 2023. Já a RI Guamá teve elevação de 12,5 (2019) para 14,7 (2020), mantendo-se estável em torno de 13 a 14,7 até 2023. O estado do Pará registrou pequena variação, entre 15,1 (2019) e 14,9 (2023), sem oscilações significativas (Gráfico 5).

A oscilação brusca em São Caetano em 2020 aponta para uma possível falha pontual na cobertura de serviços de saúde infantil, possivelmente agravada pela pandemia. Apesar da recuperação entre 2021 e 2022, o aumento para 15 em 2023 coloca novamente o município em alerta. A taxa local, que chegou a ser inferior às médias estadual e regional, volta a se igualar a elas. O comportamento estável da RI e do estado sugere maior resiliência dos sistemas de saúde em níveis mais amplos. A variação municipal reforça a importância de políticas contínuas de atenção neonatal e vigilância epidemiológica (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

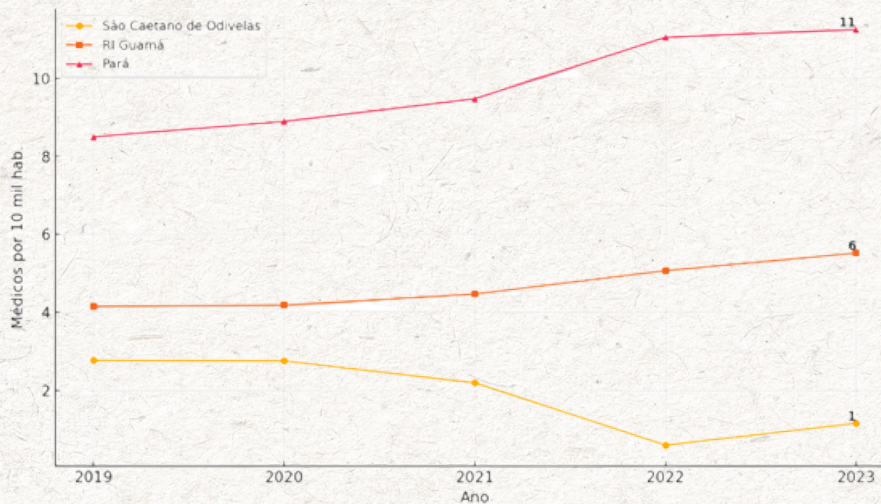
Em São Caetano de Odivelas, o número de médicos por 10 mil habitantes caiu de 2,8 em 2019 para apenas 0,7 em 2022, recuperando-se levemente para 1,1 em 2023. A Região de Integração do Guamá registrou crescimento gradual, saindo de 4,1 (2019) para 5,8 médicos (2023). O estado do Pará mostrou avanço ainda mais expressivo, de 8,5 médicos em 2019 para 11 em 2023. A discrepância entre o município e os demais níveis territoriais é marcante, evidenciando um déficit grave de profissionais médicos locais (Gráfico 6).

Essa baixa densidade médica em São Caetano pode impactar diretamente indi-

cadores como mortalidade infantil e assistência pré-natal. A queda acentuada entre 2020 e 2022 coincidiu com o agravamento da pandemia, momento em que a presença médica era crucial. A recuperação em 2023, embora positiva, ainda é insuficiente diante da média estadual, quase dez vezes superior. O contraste entre o avanço estadual e a crise municipal reforça desigualdades na distribuição de recursos humanos em saúde. Políticas de fixação de médicos em áreas vulneráveis e investimentos em estrutura básica são urgentes (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em São Caetano de Odivelas, a oferta de vagas no ensino público por mil habitantes era de 231 em 2019, caiu para 224 em 2020, e subiu até 235 em 2022, mas sofreu forte queda para 209 em 2023. Na RI Guamá, os valores oscilaram menos: de 216 (2019) para 190 (2023), com tendência de queda nos dois últimos anos. O estado do Pará teve desempenho intermediário: de 211 vagas (2019) para 198 em 2023, também com retração recente. A queda generalizada em 2023 pode indicar efeitos de reorganizações administrativas pós-pandemia (Gráfico 7).

A forte retração em São Caetano (26 vagas a menos por

mil habitantes entre 2022 e 2023) representa perda importante de capacidade de atendimento educacional. Esse movimento pode afetar negativamente o acesso à educação, sobretudo em áreas periféricas e rurais. Embora ainda mantenha a maior taxa entre os três níveis, a tendência de queda preocupa. A manutenção da expansão da rede pública, especialmente em momentos de recuperação social, é estratégica para garantir inclusão. Já a RI e o estado sinalizam uma redução mais suave, mas contínua, apontando para necessidade de reforço nas políticas educacionais (Gráfico 7).

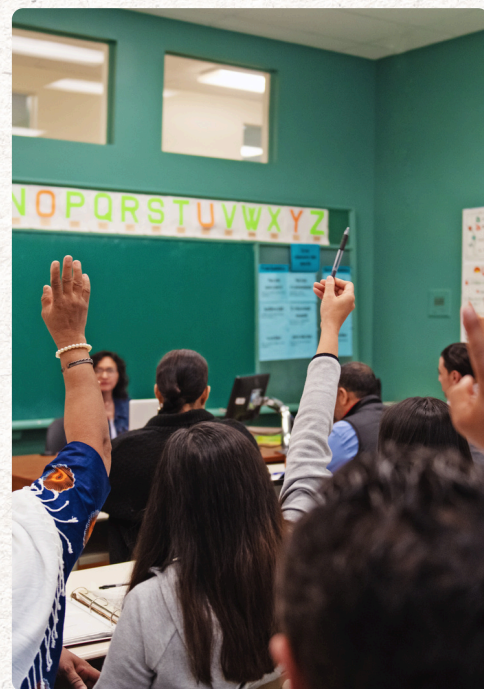
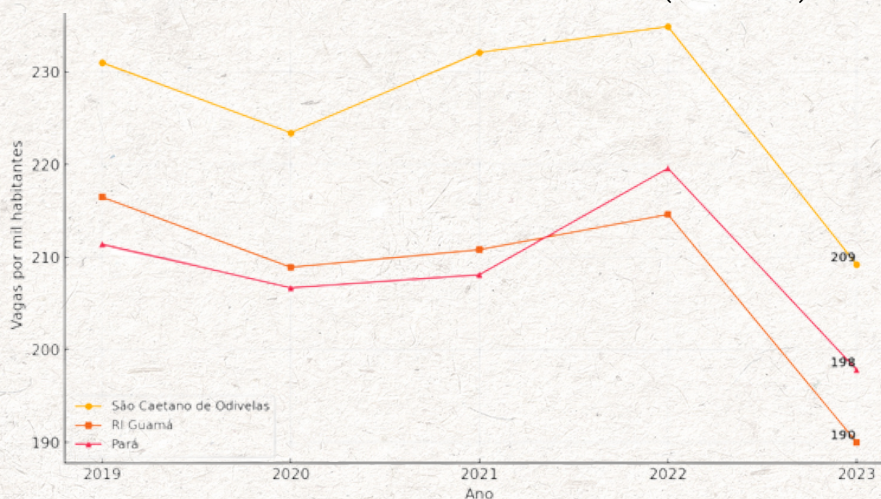


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 209 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

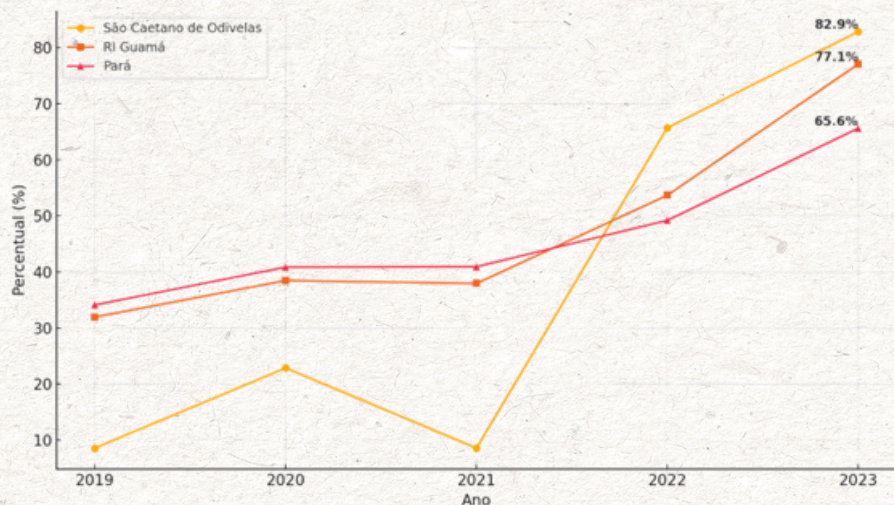
Em São Caetano de Odivelas, o percentual de escolas com acesso à internet saltou de 8,1% em 2019 para 82,9% em 2023, com o maior avanço entre 2021 e 2022. A RI Guamá também apresentou crescimento contínuo, de 31,6% para 77,1% no mesmo período. O estado do Pará iniciou com 34,1% e chegou a 65,6% em 2023, com evolução mais lenta. Esse avanço expressivo em São Caetano mostra forte investimento na infraestrutura digital das escolas (Gráfico 8).

A ampliação do acesso à internet nas escolas é um dos principais legados educacionais do período pós-pandemia. Em São Caetano, o salto foi decisivo entre 2021

(8,6%) e 2022 (65,9%), o que pode ter melhorado a conectividade e o ensino remoto. A superação da média estadual e regional evidencia foco da gestão local nesse aspecto. Já o ritmo mais moderado no estado do Pará pode sinalizar desigualdades territoriais no avanço tecnológico. Esse indicador é essencial não apenas para o ensino remoto, mas também para inclusão digital e inovação pedagógica. A consolidação desse acesso precisa ser acompanhada de capacitação docente e uso pedagógico qualificado da tecnologia (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

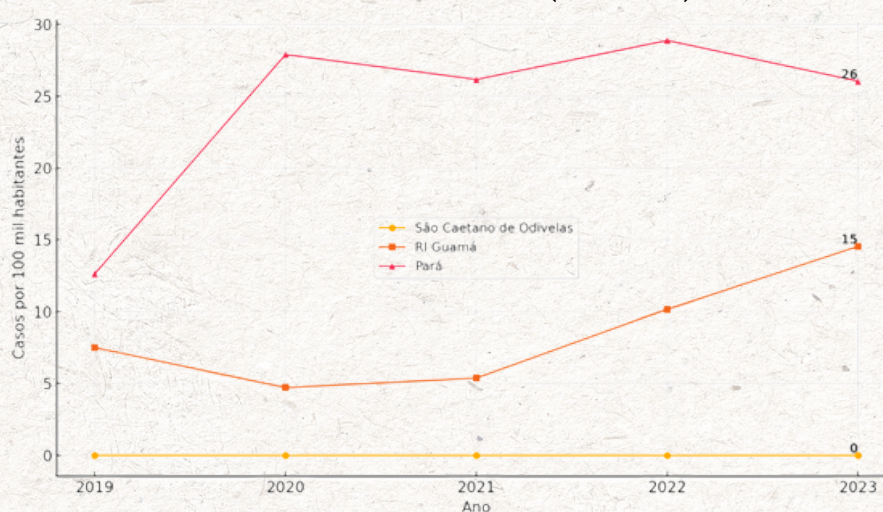


Em São Caetano de Odivelas, o indicador permaneceu zerado em todos os anos do período, sugerindo ausência de registros ou subnotificação de casos de violência por parceiros. A RI do Guamá variou de 7,7 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 15 em 2023, com aumento mais acentuado a partir de 2021. Já o estado do Pará apresentou forte crescimento de 12,6 em 2019 para 28,1 em 2022, recuando ligeiramente para 26 em 2023. O comportamento ascendente nas duas últimas regiões é alarmante, refletindo tanto o agravamento das violências de gênero quanto a ampliação dos canais de denúncia (Gráfico 9).



O dado zerado em São Caetano precisa ser interpretado com cautela, pois pode mascarar uma realidade de violência invisibilizada por ausência de rede de proteção ou barreiras institucionais. Enquanto isso, o crescimento contínuo nos dados da RI e do estado expõe a urgência de políticas de prevenção e acolhimento às vítimas. A curva ascendente pode estar associada aos impactos da pandemia, que intensificou situações de confinamento e vulnerabilidade doméstica. A queda em 2023 no Pará pode refletir esforços de enfrentamento ou subnotificação renovada (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

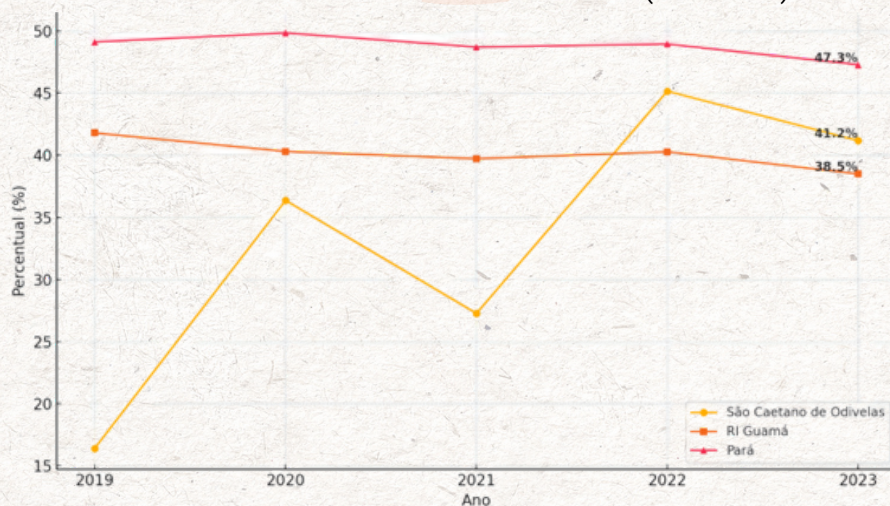
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

São Caetano de Odivelas registrou crescimento significativo na participação feminina em cargos gerenciais, saltando de 16,3% em 2019 para 45% em 2022, recuando para 41,2% em 2023. A RI Guamá iniciou em 41,9%, apresentou discreta queda até 2021 (39,7%) e fechou 2023 em 38,5%. No estado do Pará, o índice se manteve estável, com pequena oscilação entre 48,9% (2019) e 47,3% (2023). Isso demonstra que, embora o estado esteja à frente, o município teve avanços expressivos no empoderamento feminino na esfera gerencial (Gráfico 10).



O salto em São Caetano demonstra esforço local em promover igualdade de gênero em posições de liderança, mesmo que a queda recente em 2023 demande atenção. A tendência decrescente na RI Guamá indica possível estagnação ou retrocesso nas políticas de equidade institucional. A estabilidade no estado mostra consolidação da presença feminina, mas com espaço para avanços adicionais. A ampliação da ocupação de cargos gerenciais por mulheres reflete a transformação de estruturas organizacionais e oportunidades institucionais. Essa mudança é fundamental para que políticas públicas considerem múltiplas perspectivas e fortaleçam o protagonismo feminino (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

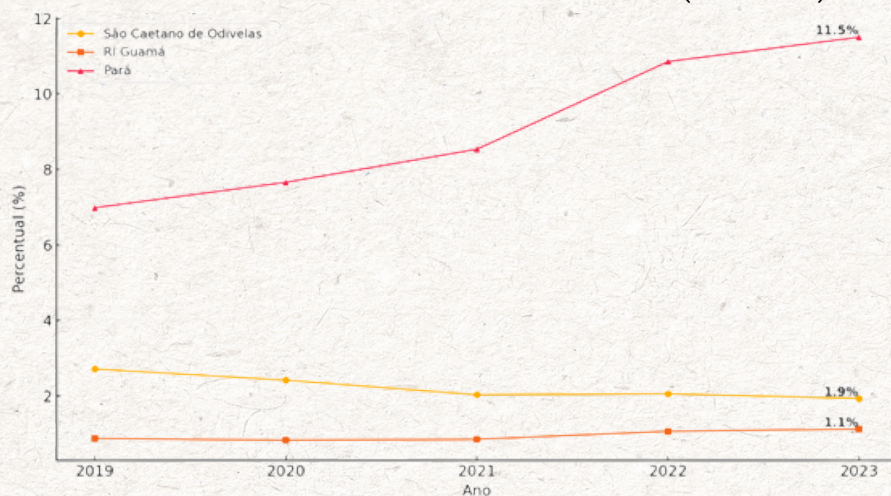
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

São Caetano de Odivelas iniciou o período com 2,7% da população de baixa renda atendida por coleta de esgoto, e encerrou com 1,9% em 2023, após quedas sucessivas. A RI do Guamá manteve baixos percentuais, oscilando de 0,9% (2019) para 1,1% (2023). Já o estado do Pará apresentou crescimento constante, de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. O contraste entre os níveis territoriais revela grandes disparidades no acesso ao saneamento básico para os mais pobres (Gráfico 11).

O retrocesso em São Caetano é preocupante, pois indica redução do alcance da política de saneamento justamente entre a população mais vulnerável. Enquanto isso, o avanço estadual mostra que há capacidade técnica e institucional para ampliar esse serviço, embora desigual. O baixo índice na RI Guamá também evidencia lacunas regionais na cobertura sanitária. O acesso ao esgoto é essencial para prevenção de doenças e melhoria das condições de vida. A estagnação ou regressão nos municípios mais frágeis reforça a urgência de ações focalizadas e investimentos em infraestrutura (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

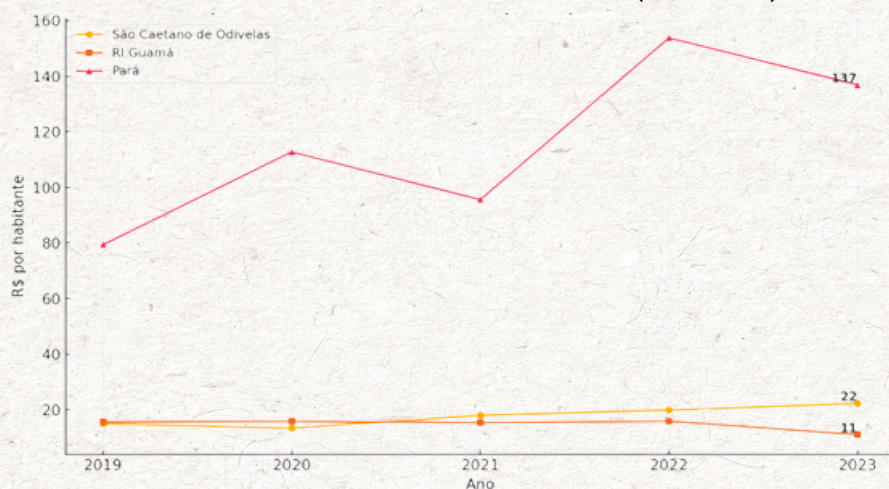
Em São Caetano de Odivelas, o gasto municipal com saneamento por habitante passou de R\$ 14,9 em 2019 para R\$ 22 em 2023, com crescimento consistente ao longo dos anos. A RI Guamá, que começou com R\$ 15,8, caiu para R\$ 11 em 2023, após leve crescimento em 2021. Já o estado do Pará apresentou forte expansão: de R\$ 80,2 (2019) para R\$ 137 (2023), com pico de R\$ 153,6 em 2022. Esse aumento revela priorização do saneamento na esfera estadual, embora os dados municipais e regionais não sigam a mesma tendência (Gráfico 12).

Apesar da elevação do gasto em São Caetano, os indicado-

res de acesso da população pobre à coleta de esgoto não acompanharam esse esforço orçamentário. Isso pode indicar ineficiência na alocação dos recursos ou investimentos concentrados em áreas menos vulneráveis. A queda da média regional (RI Guamá) sugere restrições fiscais. O estado, por outro lado, mostra compromisso mais robusto com o setor, embora ainda haja desafios distributivos. Para que o aumento de recursos se converta em impacto social, é preciso alinhar planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 22 /Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



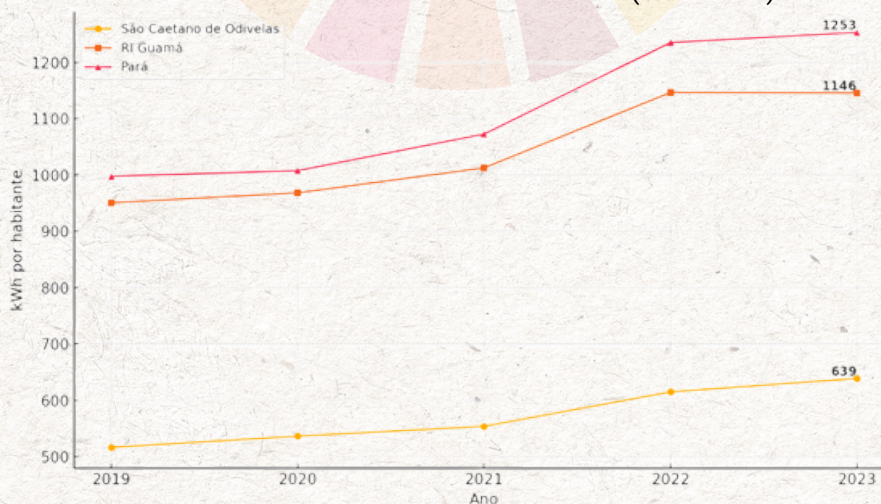
O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

O consumo de energia elétrica per capita em São Caetano de Odivelas apresentou crescimento constante de 2019 a 2023. Em 2019, o consumo era de 517 kWh/hab., subindo gradualmente para 536 em 2020 e 553 em 2021. Houve um salto mais acentuado em 2022, com 616 kWh/hab., alcançando 639 kWh/hab. em 2023. Já a Região de Integração do Guamá também cresceu, passando de 953 kWh/hab. em 2019 para 1.146 kWh/hab. em 2023. No estado do Pará, o consumo aumentou de 995 kWh/hab. para 1.253 kWh/hab. no mesmo período, indicando maior avanço proporcional no cenário estadual (Gráfico 13).

Essa tendência revela um crescimento mais modesto no município, cuja diferença entre 2019 e 2023 foi de 122 kWh/hab. Já no estado, o acréscimo foi de 258 kWh/hab., refletindo expansão mais vigorosa. A RI Guamá manteve trajetória semelhante ao estado, com alta de 193 kWh/hab. O dado pode indicar limitações estruturais locais, como acesso à rede elétrica ou renda da população. Ainda assim, todos os níveis territoriais demonstram crescimento contínuo, o que pode ser reflexo de políticas de eletrificação e maior acesso a equipamentos elétricos nas residências (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 639 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

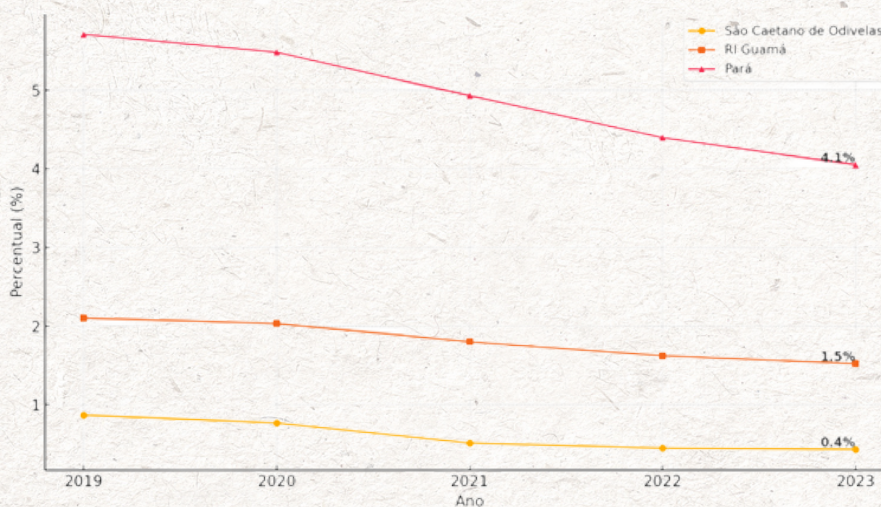
Em São Caetano de Odivelas, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizavam iluminação fóssil caiu de 0,9% em 2019 para 0,4% em 2023. A queda foi gradual: 0,8% em 2020, 0,5% em 2021, mantendo 0,4% nos dois anos seguintes. Na RI Guamá, a redução também foi significativa: partiu de 2,1% em 2019, passando para 2,0% em 2020, 1,8% em 2021, 1,6% em 2022 e fechou em 1,5% em 2023. Já no Pará, o indicador caiu de 5,7% para 4,1% no mesmo intervalo, evidenciando melhorias no acesso à eletricidade entre famílias vulneráveis (Gráfico 14).



A redução observada nas três escalas territoriais aponta avanços na substituição da iluminação precária por fontes elétricas. São Caetano de Odivelas apresentou os menores percentuais absolutos em todos os anos, o que pode indicar maior cobertura elétrica no grupo de baixa renda. Ainda assim, o Pará permanece com índices mais elevados, o que pode refletir desigualdades regionais em áreas rurais ou comunidades isoladas. A queda uniforme no período indica impacto positivo de políticas públicas de universalização do acesso à energia e melhorias na infraestrutura habitacional dessas populações (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

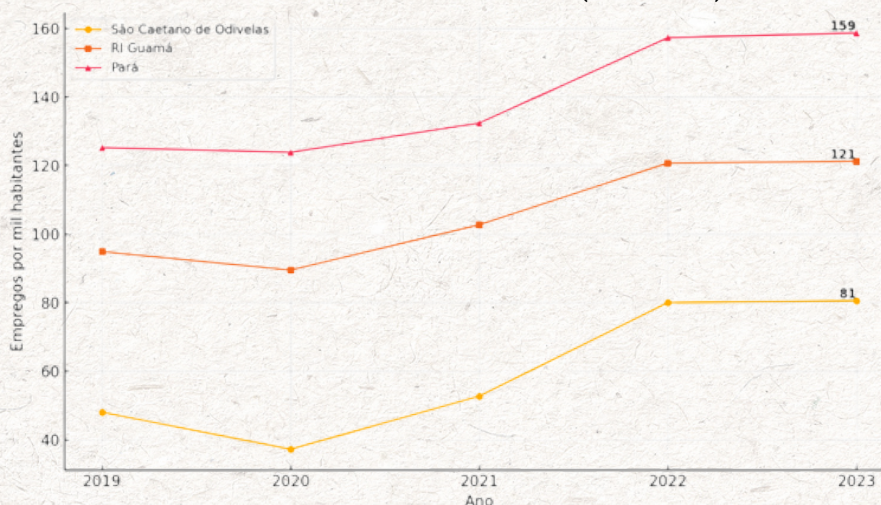


Empregos Formais por Mil Habitantes

Em São Caetano de Odivelas, o número de empregos formais por mil habitantes cresceu de forma consistente entre 2019 e 2023, saindo de 48 em 2019 para 81 em 2023, mesmo após uma queda inicial para 37 em 2020. O aumento mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou de 52 para 80, mantendo-se estável no último ano. Na Região de Integração do Guamá, o indicador iniciou em 95, caiu para 90 em 2020, e cresceu até 121 em 2022, mantendo o mesmo patamar em 2023. No estado do Pará, o valor partiu de 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, chegando a 159 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (132) e 2022 (158) (Gráfico 15).

A tendência positiva ao longo do período indica recuperação e fortalecimento do mercado formal de trabalho, sobretudo após os impactos da pandemia em 2020. Embora São Caetano apresente o menor patamar entre os três recortes, seu crescimento proporcional foi expressivo: um acréscimo de 34 empregos formais por mil habitantes em cinco anos. A RI Guamá manteve um ritmo estável, e o estado do Pará reforça um avanço robusto, com um aumento de 33 empregos por mil habitantes (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de São Caetano de Odivelas apresentou crescimento contínuo entre 2018 e 2022, passando de R\$ 7.958 para R\$ 11.279 por habitante. Os aumentos foram graduais: R\$ 8.093 em 2019, R\$ 8.753 em 2020, R\$ 10.038 em 2021, até alcançar o maior valor em 2022. Na RI Guamá, o indicador iniciou em R\$ 12.681, manteve-se estável em 2019, e seguiu em elevação nos anos seguintes, chegando a R\$ 16.258 em 2022. Já o estado do Pará teve um desempenho mais expressivo, crescendo de R\$ 18.996 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com forte

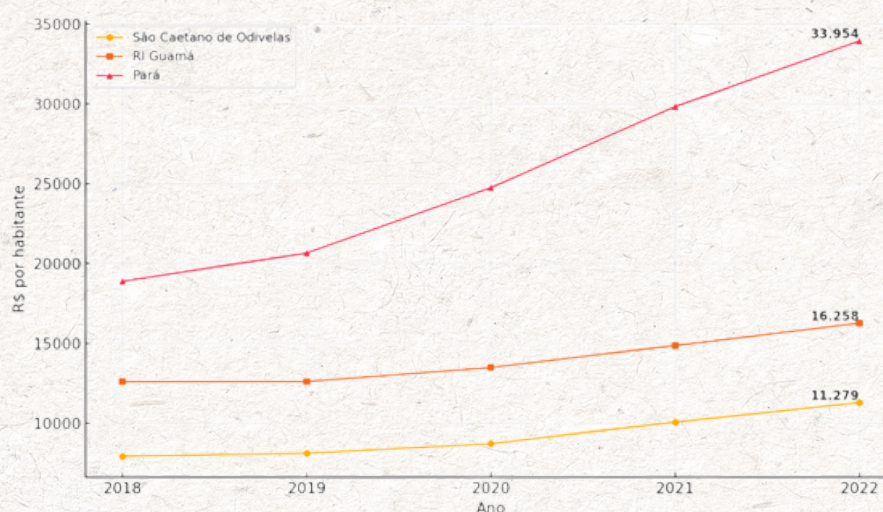


aceleração a partir de 2020 (Gráfico 16).

Esse crescimento do PIB per capita revela expansão econômica em todos os níveis analisados, sendo mais acentuada

no recorte estadual. O Pará teve um incremento de quase R\$ 15 mil em cinco anos, enquanto a RI Guamá cresceu cerca de R\$ 3,5 mil, e São Caetano, aproximadamente R\$ 3,3 mil. A diferença entre os territórios indica disparidades estruturais na produtividade e na concentração de atividades econômicas, como mineração e indústria. Ainda assim, o município acompanhou a tendência de crescimento, o que pode estar ligado à ampliação de setores produtivos locais e melhorias na arrecadação e nos investimentos públicos (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.279/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

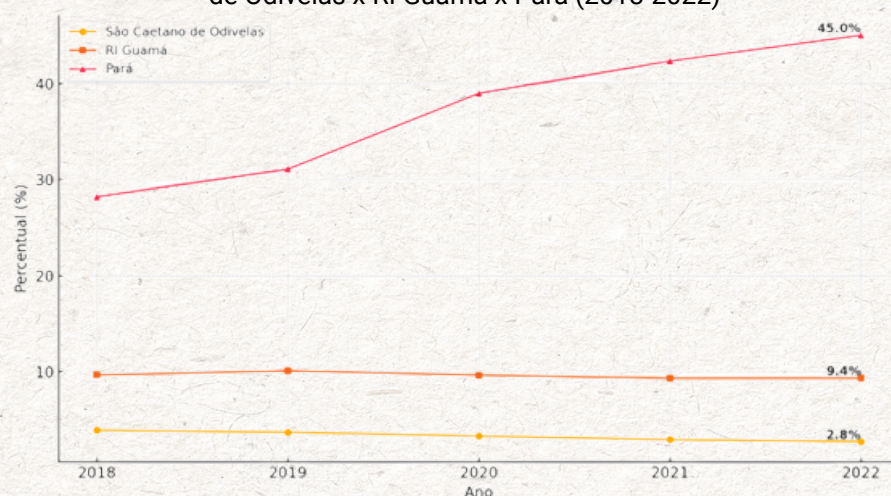


Em São Caetano de Odivelas, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB seguiu uma trajetória de queda no período analisado. Em 2018, o indicador estava em 3,8%, reduzindo-se para 3,6% em 2019, 3,2% em 2020, 2,9% em 2021 e atingindo 2,8% em 2022. Na RI Guamá, os percentuais foram maiores, mas também com leve redução: partiu de 9,7% em 2018, subiu para 10,0% em 2019, e retornou ao patamar de 9,4% em 2022. Já no estado do Pará, houve forte crescimento: de 28,4% em 2018 para 45,0% em 2022, sendo o salto mais expressivo entre 2019 (31,0%) e 2020 (38,9%) (Gráfico 17).

O comportamento dos dados mostra que, enquanto o Pará fortaleceu sua base industrial, especialmente em segmentos extrativos e de transformação, São Caetano seguiu na contramão, com perda de participação industrial no PIB local. A queda contínua no município evidencia baixa diversificação produtiva e pouca inserção industrial em sua economia. A RI Guamá manteve relativa estabilidade, sugerindo maior resiliência regional. O avanço estadual pode estar ligado a grandes projetos industriais em outras regiões do Pará, ampliando ainda mais a diferença entre o desenvolvimento econômico da capital e de municípios de menor porte como São Caetano (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em São Caetano de Odivelas, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes variou ao longo do período. Em 2019, havia 11 profissionais, número que caiu para 9 em 2020. A partir de 2021, o município apresentou recuperação: subiu para 11, depois saltou para 17, e finalizou 2023 com 15 profissionais por 100 mil

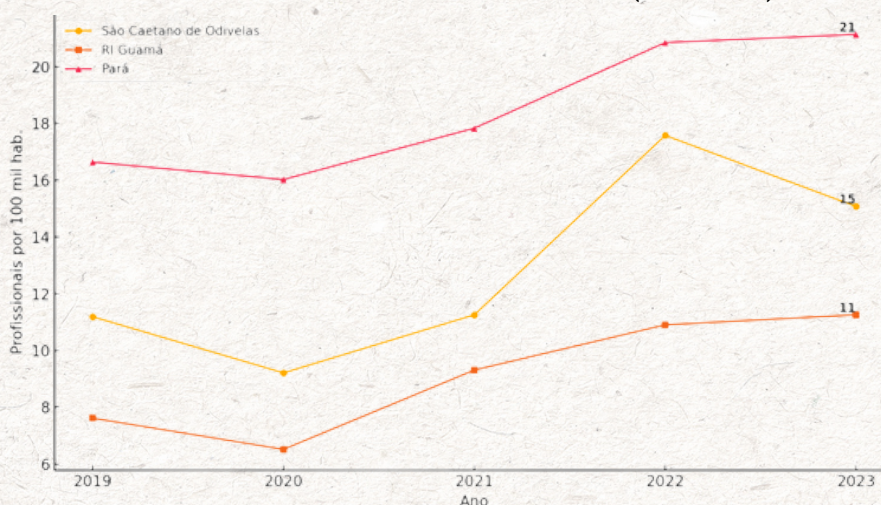


habitantes. Na Região de Integração do Guamá, os valores também cresceram, indo de 7,6 em 2019 para 11 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, começou com 16,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e atingiu 21 em 2023, mantendo trajetória de alta (Gráfico 18).

A análise revela que, apesar da oscilação em São Caetano de Odivelas, o indicador fechou o período com crescimento líquido. A queda em 2020 pode ter sido reflexo da pandemia, com impacto sobre a manutenção de vínculos formais desses profissionais. O crescimento expressivo entre 2021 e 2022, especialmente no município, pode estar relacionado a políticas de fomento à ciência ou ampliação de contratações públicas e privadas. O Pará apresentou evolução mais estável e consolidada, indicando maior presença de infraestrutura científica. Já a RI Guamá demonstrou progresso, ainda que em patamar inferior ao estadual (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



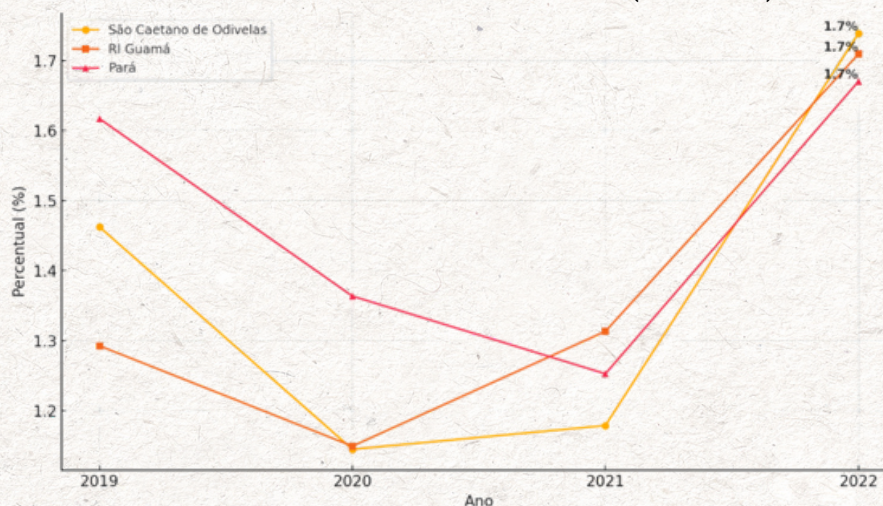
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em São Caetano de Odivelas, a massa salarial formal representava 1,45% do PIB em 2019, caindo para 1,14% em 2020 e subindo gradualmente para 1,17% em 2021. Em 2022, houve um salto para 1,70%, igualando-se aos demais níveis. Na RI Guamá, o indicador começou em 1,29%, recuou para 1,15% em 2020, avançou para 1,32% em 2021 e também atingiu 1,70% em 2022. Já o estado do Pará iniciou com 1,61%, caiu para 1,36% e 1,25% nos anos seguintes, e depois recuperou para 1,70% (Gráfico 19).

O comportamento desse indicador reflete a

recuperação econômica e o fortalecimento do emprego formal após os impactos da pandemia. A queda geral em 2020 evidencia os efeitos da crise sobre a renda formal. A recuperação mais intensa entre 2021 e 2022 sugere maior geração de postos de trabalho com remuneração significativa. O fato de todos os níveis alcançarem 1,70% em 2022 pode indicar um alinhamento entre crescimento do PIB e expansão salarial. Em São Caetano, a retomada foi mais abrupta, refletindo melhora expressiva na participação da renda formal na economia local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

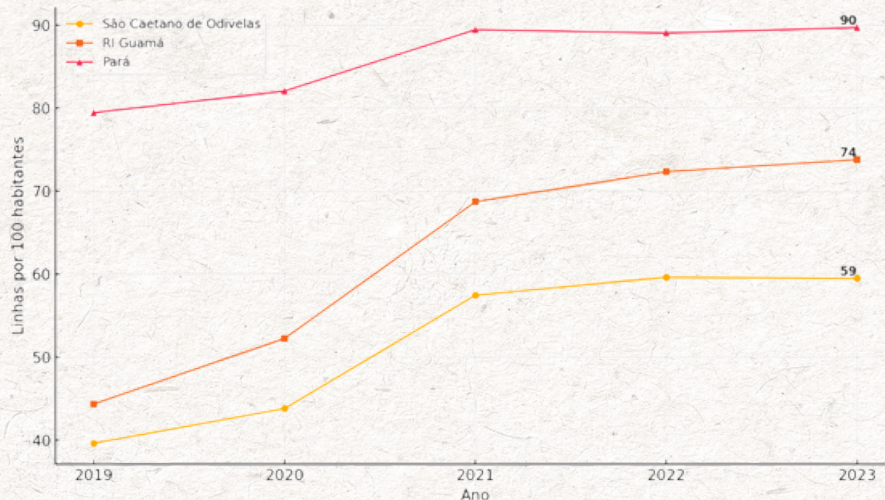
Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em São Caetano de Odivelas aumentou de forma contínua entre 2019 e 2023, passando de 39,6 linhas por 100 habitantes em 2019 para 59,3 em 2023. Em 2020, o município registrou 43,7, subindo para 57,7 em 2021 e atingindo 59,6 em 2022, com leve recuo de 0,3 ponto em 2023. A RI Guamá evoluiu de 44,2 para 74,3 linhas por 100 habitantes no mesmo período. O estado do Pará iniciou com 79,4 e chegou a 90,1 em 2023, com crescimento mais modesto, porém estável (Gráfico 20).

Essa tendência evidencia avanços na infraestrutura e cobertura da telefonia móvel, sobretudo em territórios antes mais limitados. Embora o município ainda apresente os menores índices, sua evolução de quase 20 pontos em cinco anos é significativa. A RI Guamá teve uma evolução mais acelerada entre 2020 e 2021. Já o estado do Pará, com patamares mais altos, mantém ampliação mais contida, consolidando o acesso em áreas urbanas. O dado reforça o papel da telefonia móvel como fator de inclusão digital, sendo crucial para a comunicação e o acesso a serviços em regiões remotas (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

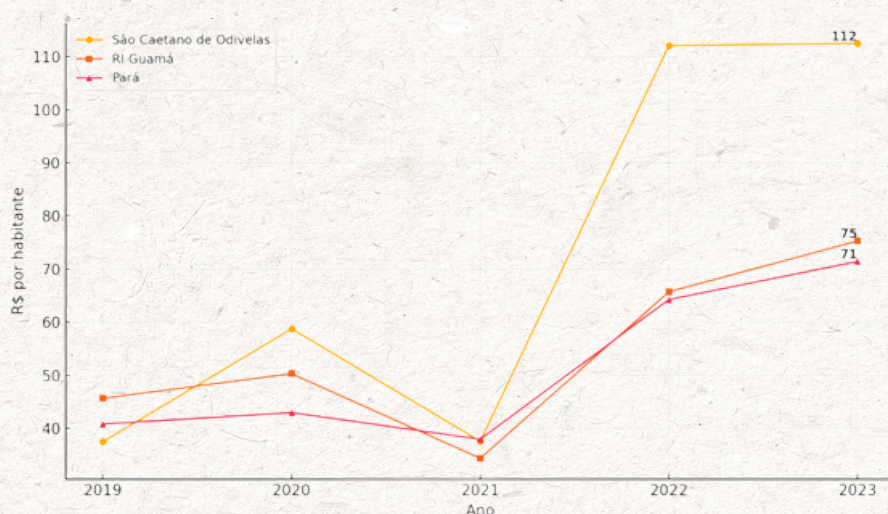
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em São Caetano de Odivelas, a despesa pública per capita com cultura e meio ambiente teve variações acentuadas entre 2019 e 2023. O valor começou em R\$ 37,1 em 2019, subiu para R\$ 58,9 em 2020, caiu para R\$ 37,3 em 2021 e, posteriormente, disparou para R\$ 112,3 em 2022, mantendo esse valor em 2023. A RI Guamá, por sua vez, partiu de R\$ 45,7 em 2019, atingiu R\$ 75,3 em 2023 após um salto a partir de 2021. No estado do Pará, os valores oscilaram de R\$ 39,8 em 2019 para R\$ 71,1 em 2023, com destaque para a aceleração após 2021 (Gráfico 21).

Essa trajetória revela aumento do investimento em políticas culturais e ambientais, sobretudo após 2021. São Caetano teve um aumento expressivo, saindo da média estadual e regional e atingindo quase o dobro do investimento per capita em relação à RI Guamá e ao Pará. Essa elevação pode estar associada a projetos locais ou à destinação específica de recursos oriundos de fundos federais e estaduais. A RI e o estado acompanharam a mesma direção, com menor intensidade. O indicador sinaliza maior prioridade à pauta ambiental e cultural nos orçamentos públicos recentes (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 112/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



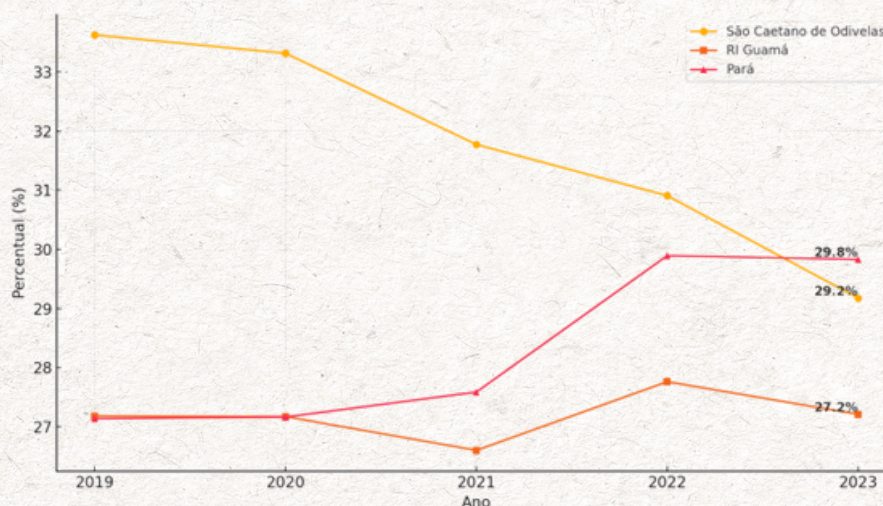
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em São Caetano de Odivelas, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo caiu de 33,6% em 2019 para 29,2% em 2023. Houve uma redução contínua: 33,3% em 2020, 31,8% em 2021, 30,9% em 2022 e, por fim, 29,2% em 2023. Na RI Guamá, o percentual foi de 27,2% em 2019, manteve-se estável até 2020, caiu para 26,6% em 2021, subiu para 27,7% em 2022 e voltou a 27,2% em 2023. O estado do Pará iniciou com 27,1% e cresceu para 29,8% no fim do período, com aumento mais expressivo após 2020 (Gráfico 22).

O comportamento do indicador em São

Caetano aponta uma tendência positiva de redução no uso de métodos inadequados de descarte de lixo entre a população de baixa renda. Apesar disso, os valores ainda estão acima da média estadual e regional, indicando persistência do problema. A RI Guamá manteve certa estabilidade, com pequenas variações ao longo do tempo. Já o estado do Pará mostra crescimento desse tipo de prática, o que pode refletir deficiências no serviço de coleta em áreas periféricas ou rurais. A melhoria no município, ainda que lenta, sinaliza possíveis avanços na oferta de serviços de limpeza urbana (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

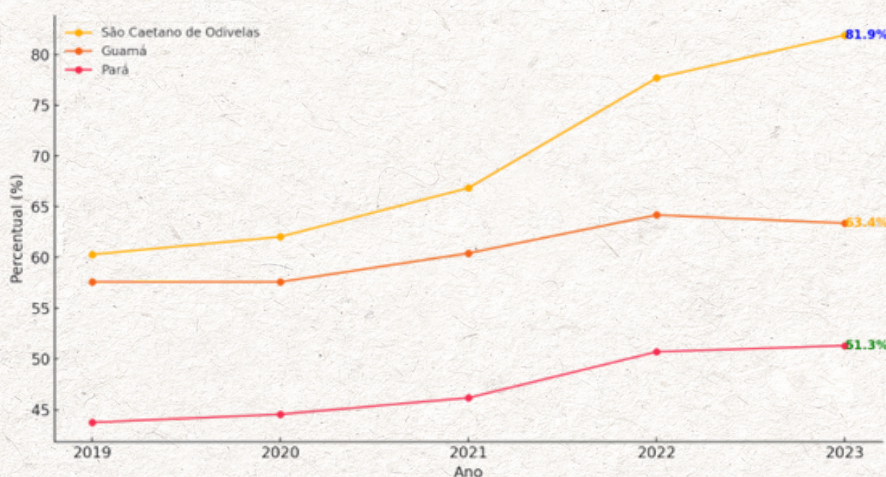
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar em São Caetano de Odivelas aumentou consideravelmente entre 2019 e 2023. O índice era de 60,4% em 2019, subiu para 62,1% em 2020, 66,4% em 2021, 77,7% em 2022 e atingiu 81,9% em 2023. A RI Guamá iniciou com 58,2%, manteve-se estável em 2020, e chegou a 63,4% em 2023, após crescimento moderado. Já o estado do Pará cresceu de 43,5% para 51,3% no mesmo intervalo, com aceleração mais visível a partir de 2021 (Gráfico 23).

Esse cenário revela um agravamento das

condições sanitárias entre a população mais vulnerável, especialmente no município de São Caetano. O aumento contínuo do uso de fossas rudimentares sugere deficiência de cobertura da rede de esgoto, com riscos à saúde pública e ao meio ambiente. Embora a RI e o estado também apresentem crescimento, os valores são significativamente menores do que no município. A situação demanda atenção das autoridades para investimentos em saneamento básico, sobretudo voltados às camadas mais pobres e comunidades isoladas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

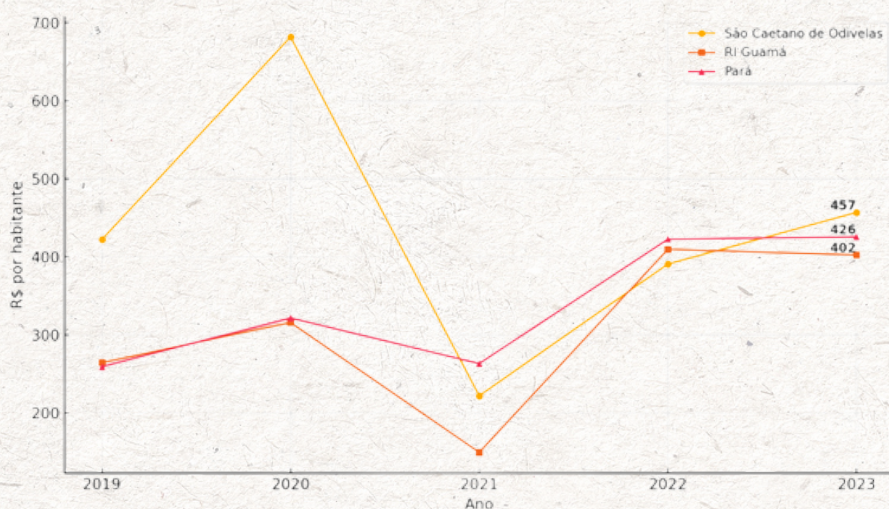
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em São Caetano de Odivelas, os gastos per capita com prevenção de desastres começaram em R\$ 423,4 em 2019, subiram acentuadamente para R\$ 683,6 em 2020 e, em seguida, caíram para R\$ 227,3 em 2021. A partir de 2022, houve recuperação: R\$ 392,6, e em 2023 alcançaram R\$ 457. A Região de Integração do Guamá teve comportamento semelhante, iniciando com R\$ 262,6 em 2019, subindo para R\$ 312,2 em 2020, caindo para R\$ 142,2 em 2021, e voltando a crescer até R\$ 426,4 em 2023. O estado do Pará seguiu uma linha parecida, partindo de R\$ 262,4 em 2019 e chegando a R\$ 402,5 em 2023 (Gráfico 24).



Essa oscilação nos gastos evidencia que os investimentos em prevenção de desastres são sensíveis a fatores conjunturais. O pico em 2020 pode estar relacionado a ações emergenciais ou reforços orçamentários em resposta a eventos climáticos extremos. A queda em 2021, comum a todos os territórios, sugere recuo nos aportes, possivelmente devido a restrições fiscais. A retomada a partir de 2022 é um indicativo positivo de revalorização dessa pauta. São Caetano, mesmo com oscilações, manteve os maiores valores por habitante na maior parte da série. A estabilidade recente entre os níveis territoriais sinaliza esforço de padronização ou diretrizes estaduais unificadas (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 457/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de São Caetano de Odivelas registrou baixo investimento em preservação aquática nos primeiros anos da série, com R\$ 0,5 por habitante em 2019, subindo para R\$ 9,8 em 2020 e recuando para R\$ 2,7 em 2021. A partir de 2022, os valores aumentaram expressivamente: R\$ 17,5 em 2022 e R\$ 65,2 em 2023. A RI Guamá iniciou com zero em 2019, manteve-se praticamente estagnada até 2021, e avançou para R\$ 44,1 em 2023. Já o estado do Pará apresentou níveis bem mais altos: começou com R\$ 183,3 em 2019 e atingiu R\$ 286,8 em 2023, mesmo com variações no caminho (Gráfico 25).

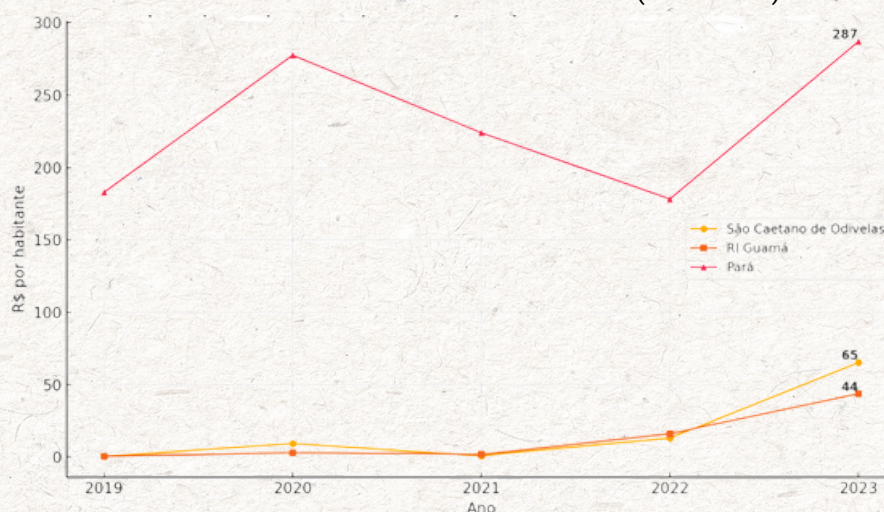
Os dados revelam que, apesar do crescimen-

to recente, São Caetano e sua região estavam muito abaixo da média estadual até 2021. A recuperação nos anos finais da série representa uma mudança de prioridade no orçamento público, talvez em resposta a pressões ambientais ou políticas de proteção dos recursos hídricos. O Pará, por outro lado, manteve investimentos significativamente superior durante todo o período, refletindo maior institucionalização da agenda aquática. A forte ampliação em 2023 no município é promissora, embora ainda não se iguale ao nível estadual. A continuidade desse esforço será essencial para garantir impactos estruturais (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 65/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

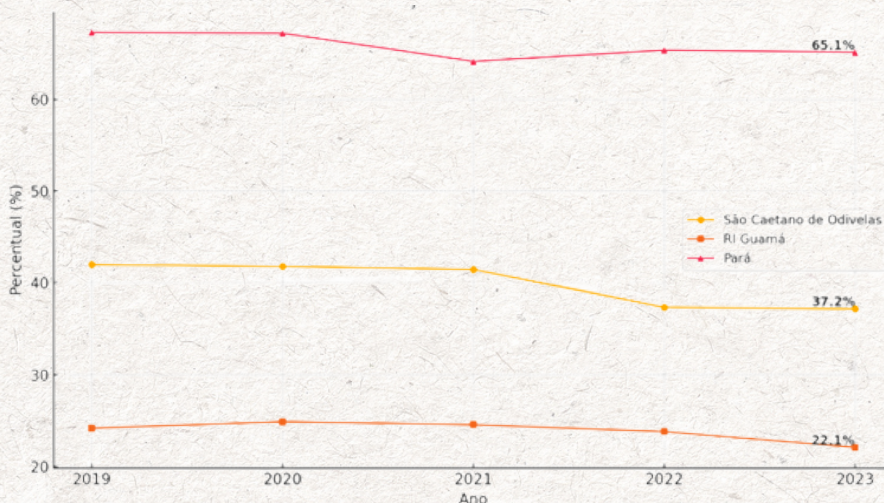
O percentual da área coberta por floresta em São Caetano de Odivelas diminuiu no período analisado. Em 2019, o índice era de 41,7%, mantendo-se praticamente estável até 2021, quando registrava 41,2%. No entanto, houve queda mais significativa em 2022, atingindo 37,3%, e permanecendo nesse nível em 2023. A RI Guamá apresentou comportamento mais regular, com valores oscilando entre 24,1% (2019) e 22,1% (2023). Já o estado do Pará manteve uma das maiores proporções, variando entre 65,9% em 2019 e 65,1% em 2023, com pequenas variações intermediárias (Gráfico 26).

Essa tendência de redução

da cobertura florestal no município é preocupante, especialmente por ocorrer de forma mais acentuada a partir de 2021. A estabilidade anterior contrasta com a queda recente, sugerindo pressões maiores sobre o uso do solo, como expansão urbana ou agrícola. A RI Guamá tem percentuais baixos de floresta em relação à área total, mas a perda tem sido gradual. O Pará, por sua vez, demonstra maior capacidade de conservação, apesar da leve diminuição. Os dados reforçam a importância de políticas locais de preservação e recuperação da vegetação, sobretudo em municípios com florestas cada vez mais fragmentadas (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

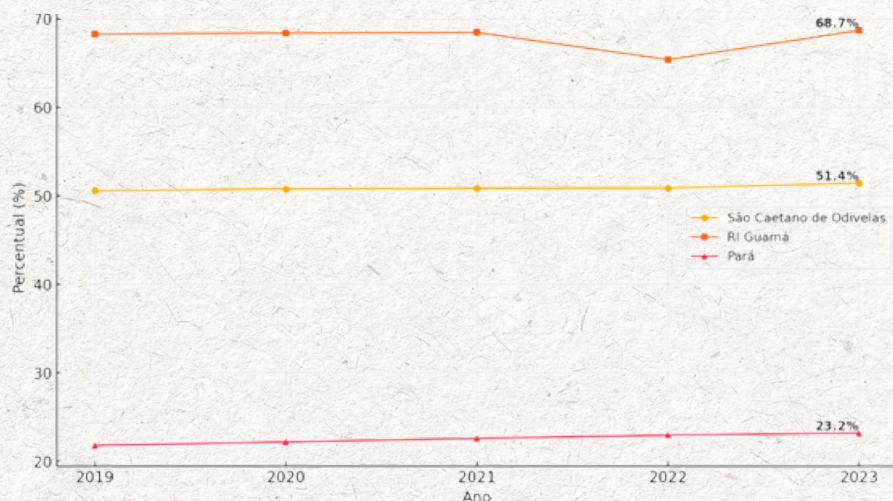
Em São Caetano de Odivelas, a proporção da área desmatada em relação à área total manteve-se estável entre 2019 e 2021, com 50,8%, e subiu levemente para 51,4% em 2023. A RI Guamá registrou os percentuais mais altos, saindo de 68,3% em 2019, passando por uma breve queda para 66,1% em 2022 e voltando a 68,7% em 2023. Já o estado do Pará manteve valores mais baixos: 21,7% em 2019, crescendo de forma contínua até atingir 23,2% em 2023, com aumento de quase 1,5 ponto percentual (Gráfico 27).

Esses dados mostram uma situação crítica em São Caetano e na RI Guamá, onde mais da metade do território já está

desmatado. A ligeira elevação nos últimos anos sugere que o desmatamento continua ocorrendo, ainda que em ritmo mais lento. O Pará como um todo apresenta melhores indicadores, com cobertura florestal ainda preservada em larga escala. No entanto, a tendência ascendente preocupa, já que mesmo pequenos avanços do desmatamento sobre grandes áreas podem representar perdas significativas em biodiversidade. A estabilização ou redução efetiva dessa taxa exigirá fiscalização ativa, recuperação de áreas degradadas e alternativas econômicas sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

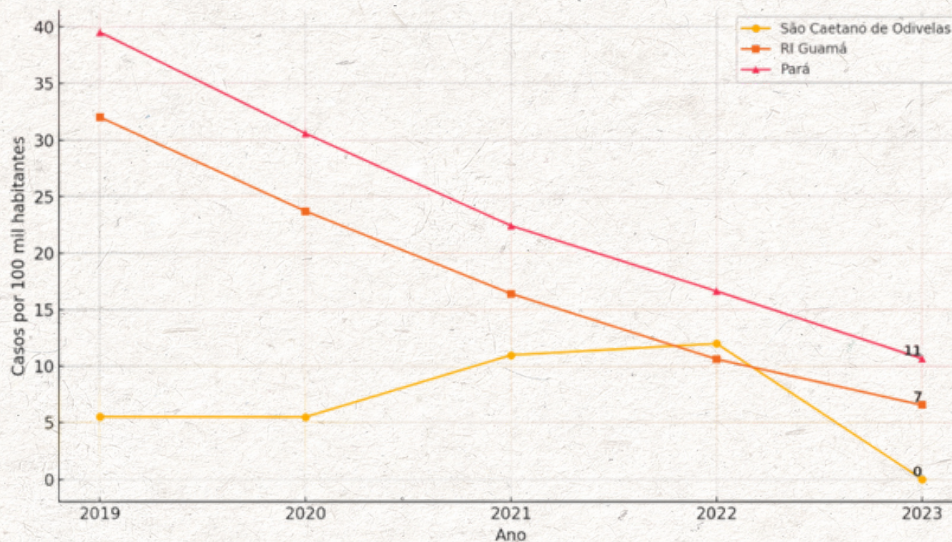
Em São Caetano de Odivelas, o indicador de trabalho infantil oscilou ao longo do período. Em 2019 e 2020, o município registrou 5,4 casos por 100 mil habitantes. Em 2021, houve aumento para 10,8, e em 2022 subiu levemente para 11,8. No entanto, em 2023, o índice caiu para 0, indicando eliminação dos casos registrados naquele ano. Já a RI Guamá teve queda contínua: de 32,2 em 2019 para 7,1 em 2023, com reduções ano a ano (Gráfico 28).

O estado do Pará também apresentou trajetória de queda,

com 39,6 casos por 100 mil habitantes em 2019 e 11,0 em 2023. Isso mostra um esforço consistente de redução do trabalho infantil em todas as esferas. São Caetano teve um aumento preocupante até 2022, mas reverteu totalmente em 2023. A eliminação local pode refletir ações intensificadas de fiscalização ou programas de proteção social. A manutenção desse desempenho será essencial para garantir que os avanços sejam sustentáveis ao longo do tempo (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

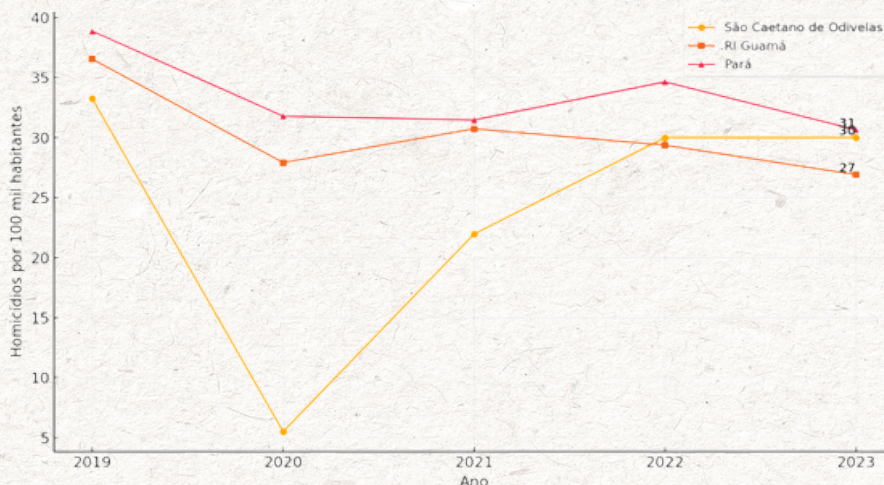
A taxa de homicídios em São Caetano de Odivelas apresentou forte variação ao longo do período. Em 2019, o município registrou 33,5 homicídios por 100 mil habitantes, caindo abruptamente para 5,5 em 2020. Em seguida, houve elevação: 22,3 em 2021 e 29,7 em 2022. Em 2023, manteve-se estável em 30,2, ainda abaixo do nível inicial, mas muito acima do observado em 2020 (Gráfico 29).

Na RI Guamá, a taxa decresceu de 36,9 em 2019 para 27,0 em 2023, com pequenas os-

cilações nos anos intermediários. Já o estado do Pará começou com 39,2 em 2019 e encerrou com 30,6 em 2023. O município teve uma recuperação negativa após o recuo inicial, enquanto as demais regiões seguiram uma tendência de declínio. Isso pode apontar para desafios específicos de segurança pública local, exigindo reforço nas estratégias preventivas e no enfrentamento à violência urbana (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, São Caetano de Odivelas x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



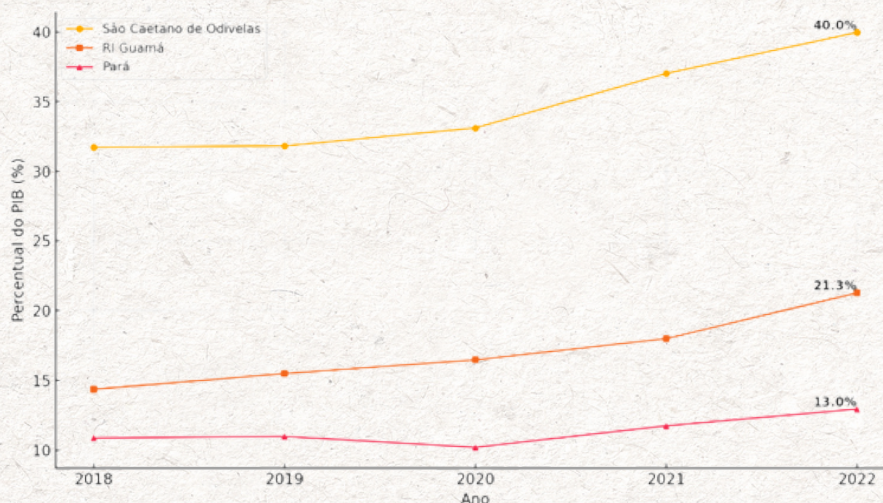
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de São Caetano de Odivelas apresentou uma tendência clara de aumento nos gastos públicos em relação ao seu PIB. Em 2018 e 2019, o percentual se manteve estável em 31,7%, subindo para 33,2% em 2020. Nos dois anos seguintes, os aumentos foram mais expressivos: 37,3% em 2021 e 40,0% em 2022. Esse crescimento contínuo sugere maior participação do setor público na economia municipal, o que pode refletir tanto ampliação de serviços quanto elevação das receitas locais. Na Região de Integração do Guamá, o percentual também cresceu, passando de 14,4% em 2018 para 21,3% em 2022 (Gráfico 30).

Já o estado do Pará manteve patamares ma-

is baixos e uma evolução mais contida, de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. O contraste entre os percentuais do município e do estado evidencia a dependência maior de São Caetano das ações e investimentos públicos para movimentar sua economia. A aceleração a partir de 2021 pode estar associada ao incremento de transferências intergovernamentais ou ao aumento da arrecadação própria. Mesmo sendo positiva em termos de investimento público, essa elevação exige atenção quanto à sustentabilidade fiscal, sobretudo em cenários de desaceleração econômica (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

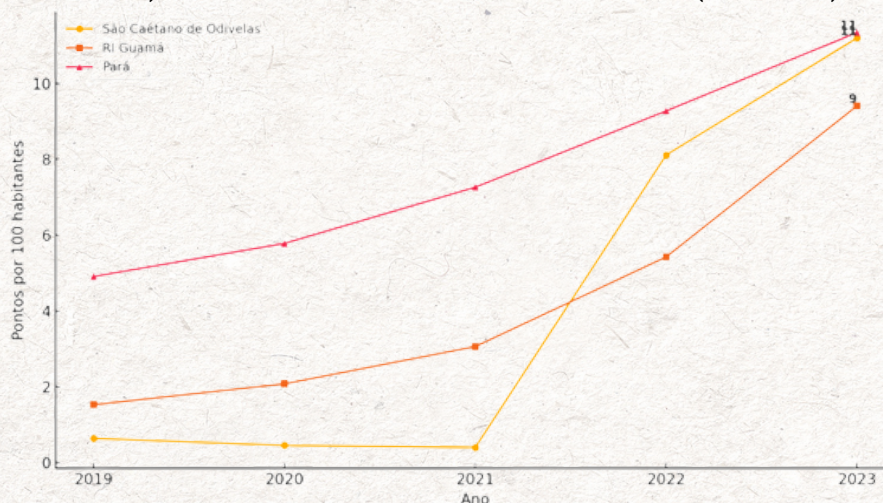
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em São Caetano de Odivelas, a taxa de acesso à banda larga fixa teve evolução acentuada entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava apenas 0,6 ponto por 100 habitantes, caindo ligeiramente para 0,4 em 2020 e 2021. A partir de 2022, houve um salto expressivo para 8,1, alcançando 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023, equiparando-se ao estado do Pará. A RI Guamá também evoluiu de 1,5 em 2019 para 9,0 em 2023, mantendo crescimento constante. Já o estado teve aumento contínuo de 4,9 para 11,1 no período (Gráfico 31).

Esse cenário demonstra avanços significativos na infraestrutura de conectividade, especi-

almente no município, que partiu de uma base extremamente baixa. O salto entre 2021 e 2022 provavelmente decorre de investimentos em expansão da cobertura ou subsídios para instalação em áreas periféricas. Embora tardio em comparação ao estado, o ritmo acelerado recente mostra esforço de equiparação digital. A melhoria na taxa é fundamental para inclusão social e acesso a serviços de educação, saúde e governo digital. A RI Guamá manteve trajetória consistente, mas ainda apresenta ligeira defasagem em relação ao estado e ao próprio município em 2023 (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

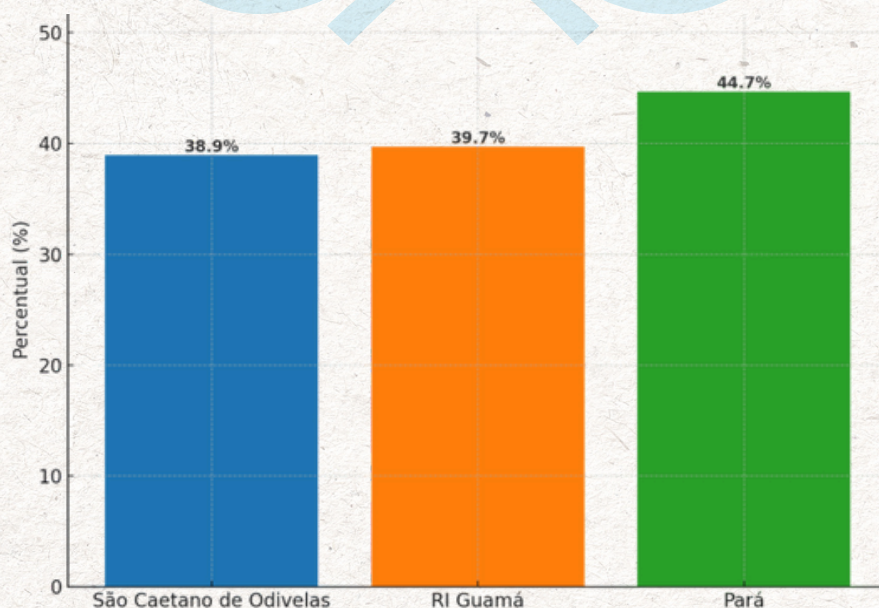
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **São Caetano de Odivelas** registrou um IDS de **38,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), São Caetano de Odivelas x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de São Caetano de Odivelas na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em São Caetano de Odivelas e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

